

## *Com a palavra: Constância Lima Duarte*

### **MEMORICÍDIO: o apagamento das mulheres nas letras nacionais**

Constância Lima DUARTE\*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

*Um povo sem memória é como um homem amnésico: não sabe o que é nem o que faz e é presa eventual de quem o rodeia.*

(Fernando Báez, 2010)

*A questão é de tempo, mais nada. As mulheres sabem esperar porque, nas lutas de sua vida íntima, aprenderam à sua custa a adquirir paciência que é a magna virtude para se suportar essas crises.*

(Júlia Lopes de Almeida, 1908)

---

\* **Constância Lima Duarte**, professora de Literatura Brasileira na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Livros publicados: *Nísia Floresta: vida e obra* (1995; 2008); *Literatura do Rio Grande do Norte*, antologia (2001; 2003); *Mulheres de Minas: lutas e conquistas* (2008); *Dicionário de escritoras portuguesas* (coautoria, 2009); *Escritoras do Rio Grande do Norte* (coautoria, 2013); *Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX* (2016; 2018); *Memorial do memoricídio: escritoras esquecidas pela história – vol. I* (2022); *Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XX* (2023); *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo* (2023); entre outros.

Proponho, nesse texto, breves reflexões sobre a autoria feminina, a história das mulheres e, ainda, o papel que certas iniciativas acadêmicas – como a organização de eventos, de livros e revistas – têm desempenhado nas últimas décadas.

As duas epígrafes que encimam o texto expressam o que penso e gostaria de transmitir. A primeira, do historiador venezuelano Fernando Báez, afirma que “um povo sem memória é como um homem amnésico [que podemos ler “uma mulher sem memória”]: não sabe o que é nem o que faz e é presa eventual de quem o [a] rodeia”. A segunda epígrafe, assinada pela escritora Júlia Lopes de Almeida, tem a inconfundível dicção feminina: “A questão é de tempo, mais nada. As mulheres sabem esperar porque, nas lutas de sua vida íntima, aprenderam à sua custa a adquirir paciência, que é a magna virtude para se suportar essas crises”.

Para começar, lembro que, se hoje é normal encontrar livros de autoras e autores lado a lado nas estantes, já houve um tempo que não era bem assim. Durante séculos os homens dominaram sozinhos as atividades do espaço público, enquanto as mulheres ficavam confinadas em casa, a grande maioria analfabeta cuidando unicamente de afazeres relacionados à família. A história das relações sociais de gênero andou bem devagar e demorou muito para as mulheres se tornarem as pessoas participantes e profissionais que são hoje.

Antigamente, nem as mulheres da elite tinham qualquer direito: não sabiam ler, não podiam manifestar sua opinião, nem mesmo herdar bens, pois para tudo precisavam de tutores. Para dourar a pílula eram chamadas de ‘belo sexo’ e ‘sexo frágil’ que, na verdade, significava apenas que eram consideradas inferiores e incompetentes.

Enquanto os irmãos estudavam na Europa ou com professores particulares, as jovens ficavam em casa: poder estudar, votar e trabalhar foram direitos lentamente conquistados, pois antes era preciso vencer a resistência de uma sociedade que queria a mulher bem longe do espaço público. Vejam, estou me referindo às mulheres brancas e da elite, pois a experiência vivida pelas negras, escravizadas ou libertas, foi muito diferente.

E quando surgiram as primeiras escolas públicas, em 1827, foi logo pensada uma educação diferenciada para cada sexo, isto é, perpassada pelo gênero como forma de “respeitar” as diferenças biológicas e morais de cada um. A instrução das meninas limitar-se-ia aos trabalhos manuais, noções da língua pátria, de aritmética, saber tocar piano e

falar um pouco de francês para se exibir nos salões. As famílias mais esclarecidas educavam as filhas nas próprias casas com preceptoras, ou as enviavam a colégios internos, conventos ou casas de recolhimento, onde elas recebiam praticamente o mesmo tratamento recluso das noviças. Bem diferente era a educação dos meninos destinada a prepará-los para o mundo do trabalho, para a vida racional e criativa, pois o androcentrismo patriarcal insistia em reservar aos homens os benefícios da cultura enquanto excluía as mulheres de qualquer privilégio.

Mas, por incrível que pareça, algumas jovens escaparam desse limitado círculo vicioso e também escreveram poemas, romances, contos e até ensaios e peças de teatro. Se não entraram para a história literária, isso é outra história: história das relações sociais de gênero, de poder, de sexo dito “forte”, e sexo dito “fraco”.

Às vezes me pergunto como tantas escritoras conseguiram vencer as barreiras impostas pelo corporativismo masculino. Afinal, os homens ocupavam todos os espaços de poder e instituições de prestígio, como os jornais, as academias, tipografias e faculdades e, por isso, puderam construir um cânone em torno apenas de nomes masculinos. Mesmo quando admiravam uma escritora, na hora de fazer uma antologia, de escrever verbetes para dicionários bibliográficos ou de escolher obras para serem reeditadas, elas eram sistematicamente deixadas de lado. Lembro alguns exemplos: Sílvio Romero, em sua *História da Literatura Brasileira*, de 1882, em meio a centenas de nomes masculinos, incluiu apenas sete nomes de escritoras antigas e de nenhuma contemporânea, como Júlia Lopes de Almeida e Carmen Dolores que já publicavam e tinham trabalhos respeitados na época. Também Sacramento Blake, em *Dicionário biobibliográfico*, de 1883, que abarcou trezentos anos de literatura no país e não teve qualquer critério seletivo, registrou cerca de cinquenta nomes femininos, a maioria nem era de escritoras, deixando muitos outros de fora. Cito ainda Manuel Bandeira, autor de importantes antologias de poesia que, apesar de amigo de Henriqueta Lisboa, nunca a incluiu em suas publicações... Para terminar, lembro as críticas ferinas que Mário de Andrade fez a Gilka Machado e a outras autoras, por considerar que suas obras não estavam “afinadas” com a nova arte. O crítico simplesmente não se deu conta de que as escritoras mais produtivas do seu tempo, as que se posicionavam na vanguarda do pensamento contemporâneo, estavam, na verdade, envolvidas em outro projeto que não

era necessariamente estético, mas ideológico, visando corrigir o atraso social e intelectual da mulher brasileira. Simples assim.

E chegamos ao cerne do problema: as mulheres que ousaram exhibir o brilho de seu intelecto e romperam os limites impostos pelo poder patriarcal, publicando livros e criando jornais em pleno século XIX e até na primeira metade do XX, tornaram-se depois ilustres desconhecidas porque foram sistematicamente alijadas da memória canônica e do arquivo oficial. Foram – em outras palavras – vítimas de *memoricídio*, conceito que designa o assassinato da memória e de uma cultura.<sup>1</sup>

No caso feminino, *memoricídio* pode designar também o processo de opressão e negação da participação das mulheres ao longo da história. Porque, ao eliminar a memória de luta e de resistência ao patriarcado, a História impôs o silêncio e a invisibilidade às pioneiras, registrando apenas a timidez e o confinamento das jovens oitocentistas ao lar, como se nenhuma delas tivesse tido vida pública antes do século XX.

Foram, portanto, razões históricas e ideológicas as responsáveis pelo memoricídio e por jogar no limbo do esquecimento as primeiras produções intelectuais das mulheres, bem como a história de sua participação nas lutas sociais. E o apagamento de seus nomes teve como consequência um grave dano à identidade feminina e ao acervo cultural brasileiro, além de provocar uma espécie de amnésia social e o desconhecimento de nossa resistência.<sup>2</sup>

Assim, quando em meados dos anos 1980, um grupo de pesquisadoras se reuniu em torno do projeto de resgatar escritoras do passado foi preciso muita determinação. Para começar, os acervos estavam dispersos em antigas bibliotecas, fragmentados em jornais carcomidos por traças e pelo descaso oficial. Um verdadeiro *puzzle* precisava ser montado e peças fundamentais, como os próprios livros, custavam a aparecer. Após a descoberta de um título, tinha início um autêntico trabalho de arqueologia literária, tão caro à crítica feminista, quando então todos os recursos eram acionados: desde a procura

---

<sup>1</sup> O termo “memoricídio” foi usado por Fernando Baez quando identificou os três crimes ocorridos durante a “conquista” da América Latina no século XVI: genocídio, etnocídio e memoricídio. Segundo o historiador venezuelano, os conquistadores não se limitaram apenas em tomar o território e as riquezas da terra, mas exterminaram grupos, destruíram culturas e impuseram o esquecimento de seu passado. (Baez, 2010)

<sup>2</sup> Para Seligmann-Silva, existiria entre nós uma tradição de “memoricídio”, a partir da construção ideológica falsa de uma democracia racial que esconde o país violento, a aniquilação da memória do genocídio dos africanos e dos indígenas, que continuam sendo dizimados. (Seligman-Silva, 2015)

nos sebos, em diferentes bibliotecas públicas e particulares do país, e em instituições como Casa de Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco, Institutos Históricos, Academias de Letras, etc. etc., até o apelo aos bibliófilos do país.

E foi esse trabalho de pesquisa que permitiu revelar parte dessa história, os nomes das primeiras escritoras e suas preciosas obras inéditas. Revelaram também o enorme preconceito que as pioneiras tiveram que enfrentar e os artifícios usados para enganar a crítica masculina e o público leitor, como o uso de pseudônimos (*Uma Maranhense*, de Maria Firmina dos Reis; *Délia*, de Maria Benedita Bormann), a assinatura reduzida às letras iniciais de seus nomes (N.F.B.A, por exemplo, que escondia Nísia Floresta Brasileira Augusta), ou ainda a opção de deixar as obras anônimas... (Lembro aqui Virginia Woolf, em *Um teto todo seu*, quando afirmou que apenas as mulheres-escritoras, pelo receio de se expor publicamente, deixariam suas obras sem a assinatura...).

Parte substancial dessas primeiras pesquisas foi publicada pela Editora Mulheres, de Florianópolis, em três antologias intituladas *Escritoras brasileiras do séc. XIX*, sob a organização da professora Zahidé Lupinacci Muzart, com mais de três mil páginas. E há de tudo nessas antologias: desde escritoras que nunca foram mencionadas nas histórias literárias, até outras que, apesar da calorosa recepção de ilustres leitores de seu tempo, como Machado de Assis e Olavo Bilac, também desapareceram excluídas do cânone por uma historiografia e uma crítica de perspectiva masculina, que tentava eliminar as mulheres do cenário das letras. Através de suas obras – romances, poemas, diários, contos, dramas, comédias, ensaios e crítica literária – as escritoras expressam suas emoções, sua visão de mundo, além de lúcidas reflexões sobre educação, a condição da mulher na sociedade patriarcal, o direito ao voto, a participação na vida social, etc. etc...

Para ilustrar, cito algumas autoras que renasceram através destas pesquisas. Alguns nomes já são familiares de tanto que os encontramos em livros, congressos, dissertações e teses. É o caso de Nísia Floresta (1810-1885), do Rio Grande do Norte, autora de extensa obra escrita em português, francês e italiano. Através de seus livros, Nísia Floresta participou ativamente do debate de temas polêmicos, como os direitos das mulheres, dos escravos e dos índios. Na pesquisa que empreendi em torno da escritora, cujo acervo encontrava-se praticamente desaparecido, foi preciso percorrer os caminhos de sua vida pelo país – do Nordeste ao Sul, e no exterior – em Portugal, França e Itália, para encontrar sua presença na história literária e social em cada cidade que residiu.

Outra escritora que também demandou intensa investigação foi Emília Freitas (1855-1908), a poetisa e romancista cearense, abolicionista, autora do romance fantástico *A Rainha do Ignoto*, de 1899. Ou, ainda, Maria Firmina dos Reis (1825-1917), a escritora nascida no Maranhão que, em 1859, publicava *Úrsula*, hoje considerado o primeiro romance abolicionista de nosso país. Foram também resgatadas as baianas Adélia Fonseca (1827-1920), poetisa muito elogiada por Machado de Assis e Gonçalves Dias, cujos sonetos dialogam amorosamente com Camões; e Ildefonsa César (1794-?), que ousou imprimir em sua poesia a paixão e o erotismo, para espanto da sociedade contemporânea. E Adelaide de Castro Guimarães (1854-1940), a irmã de Castro Alves que nos legou poemas amorosos, marcados por um lirismo sensível e erudito; ou ainda Violante de Bivar Velasco (1817-1875), poliglota, tradutora de peças teatrais do francês, italiano e inglês que, como jornalista, colocou sua pena a serviço da emancipação feminina. Outra baiana memorável foi, sem dúvida, Inês Sabino (1835-1911) que, além de poemas, romances e crônicas, publicou *Mulheres ilustres do Brasil* (1899), livro pioneiro no resgate de mulheres que tiveram atuação significativa na sociedade brasileira de seu tempo.

Assim como é relativamente recente a pesquisa em torno do tema “mulher e literatura”, também é recente sua legitimação junto ao circuito acadêmico. Para se ter uma ideia, até meados da década de 80, quando foi criada a ANPOLL, e ocorreu o primeiro Seminário Nacional Mulher e Literatura, em João Pessoa, o estudo de questões sobre a autoria feminina e a representação da mulher na literatura não era ainda considerado objeto relevante de pesquisa nas universidades.<sup>3</sup> A consolidação da temática foi conquistada aos poucos, através das disciplinas que eram introduzidas nos cursos de Letras, dos eventos que surgiam por todo o país e, principalmente, das inúmeras teses, dissertações e monografias que se converteram em artigos, ensaios, capítulos e livros, que revelaram o enorme potencial implícito no binômio ‘mulher e literatura’.

Assim como foi importante resgatar a história das mulheres, divulgar as escritoras e rever criticamente o que havia sido escrito sobre elas, foi realizada a revisão de

---

<sup>3</sup> A criação, em 1984, da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) e, no seu bojo, do Grupo de Trabalho Mulher na Literatura, assim como da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC) em 1986, permitiu, de forma definitiva, que os pesquisadores da temática consolidassem essa linha de pesquisa e constituíssem fóruns para a apresentação e discussão de seus trabalhos.

conceitos estéticos e o questionamento dos parâmetros de uma crítica que se considerava “dona da verdade”. E a trajetória intelectual da brasileira aos poucos foi se constituindo: livro por livro, autora por autora. E não parou mais, pois a todo instante surgem novos pesquisadores e pesquisadoras envolvidos com a temática, apresentando suas descobertas. Por isso gosto de afirmar que foram e são os eventos acadêmicos os verdadeiros antídotos contra o apagamento da história literária feminina. A sempre rica e diversificada programação de cada colóquio ou congresso tem funcionado como um incentivo para que estudantes e professores levem para as salas de aula o novo conhecimento e contribuam, assim, para suplementar a história literária nacional. Da mesma forma as revistas acadêmicas que, desde então, têm privilegiado a temática da autoria feminina divulgando a releitura de antigos textos, bem como apresentando as novas escritoras.

Ainda que hoje a situação pareça estar muito diferente, pois as mulheres exercem com liberdade e competência sua dicção literária e até ganhem alguns dos principais prêmios literários do país, insisto que é preciso conhecer e não esquecer o passado. Vivemos um tempo de resistência e cada nova escritora que surge, em especial as escritoras negras, ainda enfrenta resquícios de preconceito à literatura produzida por mulheres. Por isso, parodiando a canção de Gal Costa, termino lembrando que é preciso “estar sempre atenta e forte”.

## REFERÊNCIAS

BAEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil – Dicionário ilustrado, século XIX. Vol. I**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil – Dicionário ilustrado, século XX – de 1900 a 1949. Vol. II**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023.

DUARTE, Constância Lima; PEREIRA, Maria do Rosário Alves. “Escritoras mineiras Presente! Anotações críticas”. In BRANDÃO, Jacyntho L. **Literatura mineira: trezentos anos**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2019.

MUZART, Zahidé L. **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, I Vol. (Volume II, 2004; Volume III, 2009).

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Entrevista. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 7 de dezembro de 2015. Disponível em <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2015/12/politica/469953-apagamento-da-memoria-se-perpetua-no-brasil-afirma-seligmann-silva.html>. Acesso: 08/08/24